

Título	Gás natural e competitividade
Veículo	DCI
Data	06 maio 2016
Autor	Claudio J. D Sales

ARTIGO

Gás natural e competitividade

O aproveitamento do combustível na matriz energética requer estímulo

O gás natural deverá assumir um papel cada vez mais relevante na matriz energética mundial, e a International Energy Agency (IEA) já cunhou as duas próximas décadas como a “Era Dourada do Gás”. O aumento da importância do gás natural deve-se a fatores relacionados tanto à sua demanda quanto à sua oferta.

Pelo lado da demanda, destacam-se o desenvolvimento e a massificação de tecnologias como as turbinas de combustão a gás para geração termelétrica, que acabam criando um “mercado consumidor” de grande volume deste insumo.

A demanda também vem sendo impulsionada pelo seu uso como substituto de outros combustíveis fósseis mais poluentes a fim de mitigar a emissão de gases de efeito estufa, uma atitude cada vez mais exigida no mundo inteiro.

Pelo lado da oferta, destacam-se a evolução da infraestrutura de transporte e estocagem de gás natural, bem como o advento da tecnologia de liquefação e regaseificação. Além disso, também conta nesse cenário o desenvolvimento de novas técnicas que têm permitido a exploração de reservas que previamente eram consideradas tecnicamente inviáveis.

Este cenário observado no mundo ensejaria grandes expectativas quanto à possibilidade de expansão do uso de gás natural a preços competitivos para geração elétrica no Brasil. No entanto, a inserção de novas termelétricas a gás natural no país tem enfrentado grandes dificuldades nos últimos anos.

O estudo “O mercado de gás natural e a geração termelétrica” (disponível em www.acendebrasil.com.br) expõe os entraves que impedem um melhor aproveitamento do gás natural na matriz energética brasileira e aponta medidas que poderiam ser adotadas para promover o de-

envolvimento desse mercado, especialmente para fins de geração elétrica.

Entre as inúmeras medidas que devem ser orquestradas pelos formuladores de políticas públicas – todas elas detalhadas no estudo acima – pode-se citar a ampliação da oferta de gás por meio de um programa contínuo e previsível de licitações de blocos de exploração.

Da mesma forma, a eliminação das barreiras à exploração do gás não convencional e a promoção da concorrência por meio de políticas voltadas à inclusão de novos agentes no setor, diminuindo assim o domínio monopolístico da estatal Petrobras sobre toda a cadeia de produção.

Outra providência relevante é a viabilização do livre acesso à malha de gasodutos com regulamentação que proporcione maior transparência quanto à capacidade disponível e à capacidade ociosa, incluindo a introdução do mecanismo de *swap*.

A desindexação dos preços de gás natural ao preço do petróleo e a viabilização da inserção otimizada de termelétricas a gás natural na ma-

triz elétrica brasileira também vão demandar duas mudanças nos leilões de eletricidade.

A primeira alteração é o aprimoramento das regras dos certames – de forma a levar em conta a localização das usinas e valorar a sua capacidade de ofertar eletricidade quando a mesma é mais necessária. A segunda é a alteração da forma de comprovação de reservas de gás para habilitação das usinas.

As medidas acima contribuiriam para o melhor aproveitamento do potencial energético do gás natural nacional, o aumento da competitividade empresarial e a geração de renda e riqueza para a população.

CLAUDIO J. D. SALES

PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

